

Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (ESTADIC)

Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC)

2018

Rio de Janeiro, 23 de setembro de 2019

MUNIC

ESTADIC

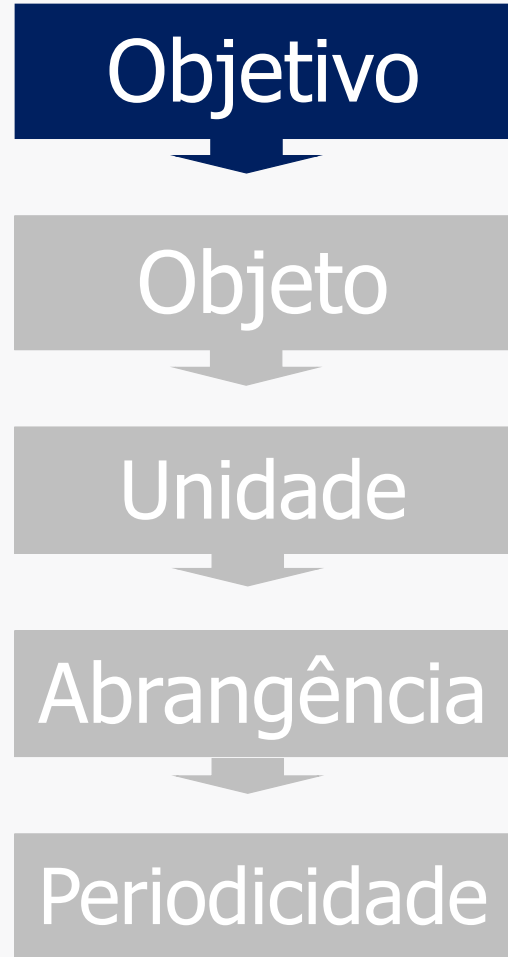
Necessidade de aprofundar o conhecimento sobre a realidade municipal.

A escala local veio adquirindo importância cada vez maior no processo de formulação e implementação de políticas públicas, como parte de um processo amplo e crescente de descentralização governamental.

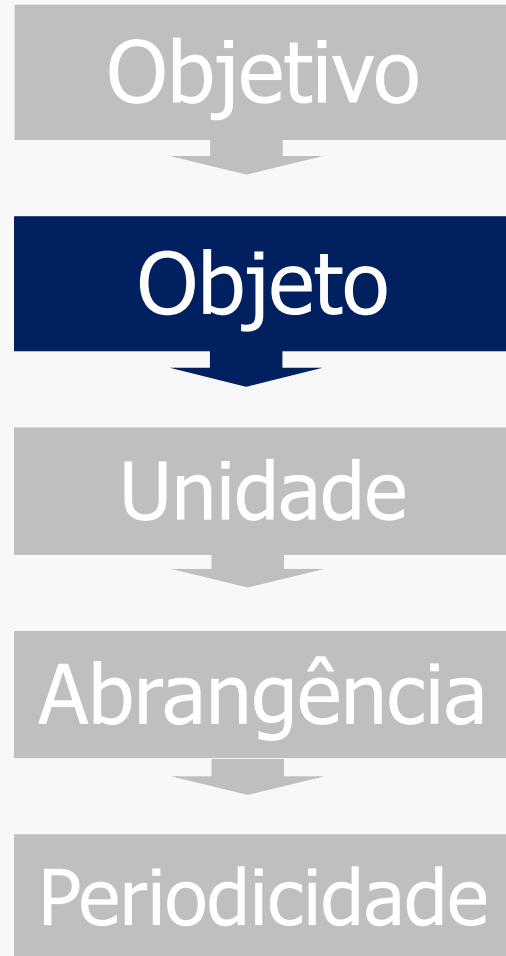
MUNIC

ESTADIC

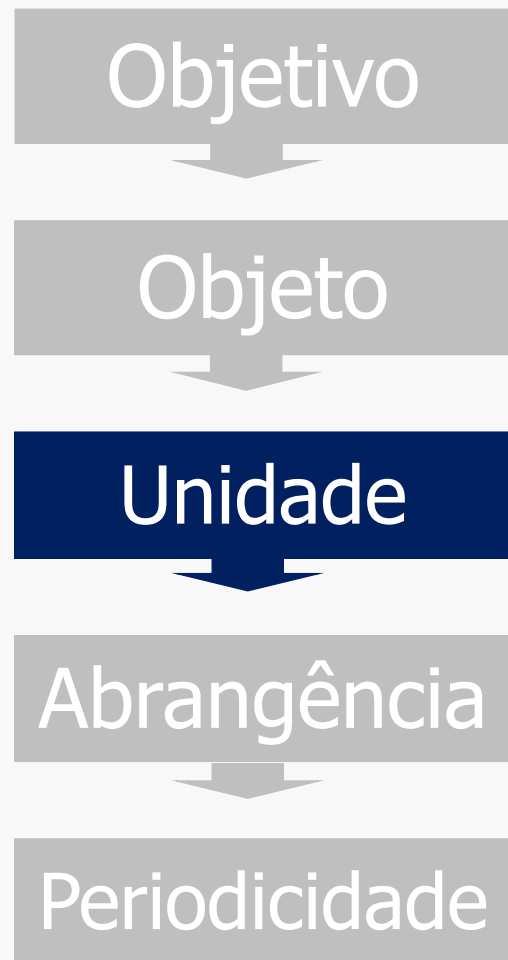
Acompanhando a trajetória da MUNIC, em 2012, foi iniciado o levantamento da Pesquisa de Informações Básicas Estaduais - ESTADIC, com o propósito de suprir a lacuna de estudos que focalizam as esferas estaduais, notadamente no que diz respeito às suas administrações.



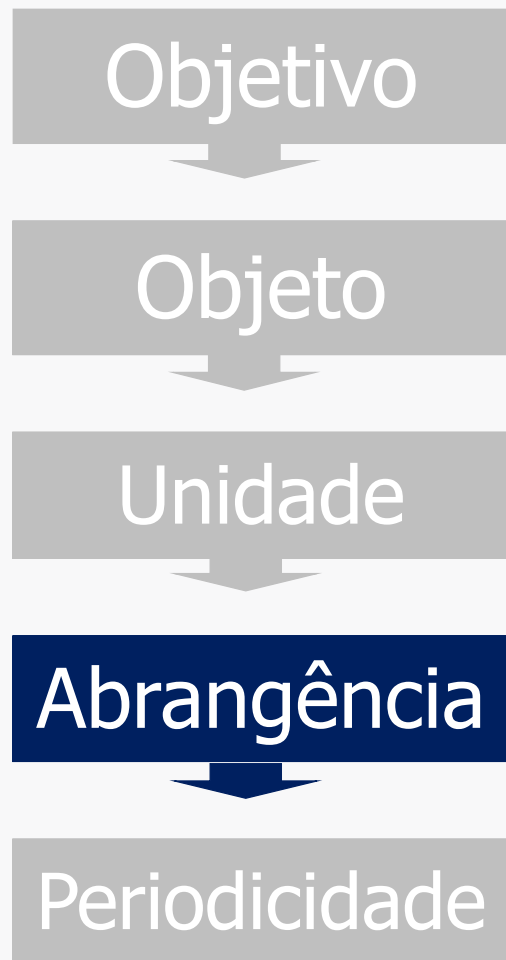
Produzir um quadro geral sobre as administrações estaduais, municipais e distrital, com a construção de um amplo perfil das gestões, no que se refere às suas administrações públicas.



Gestão dos estados, municípios e do Distrito Federal, no que se refere à organização, quadro funcional, recursos institucionais, mecanismos de controle social, políticas de planejamento, programas e ações.

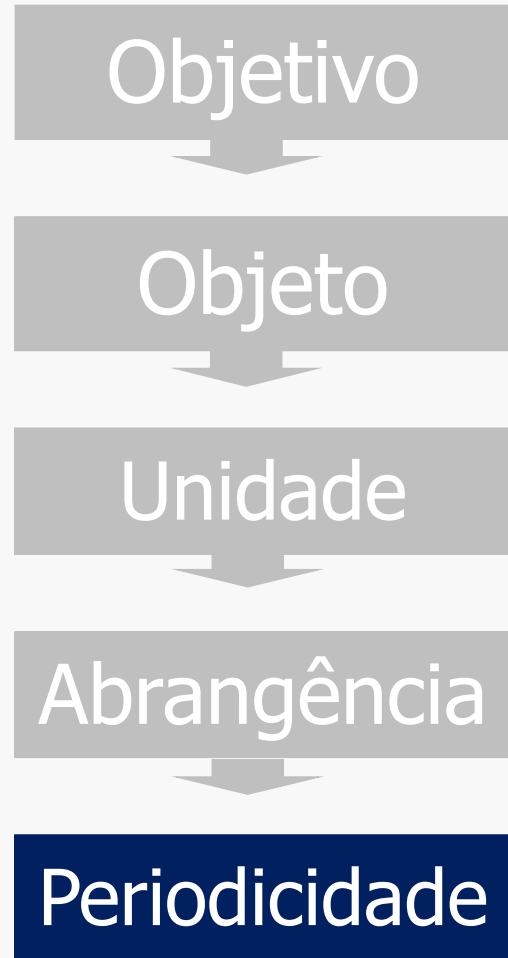


As principais unidades de investigação são os governos estaduais, municipais e distrital, compostos por seus vários setores.



Na ESTADIC, as 27 Unidades da Federação, na MUNIC os 5570* municípios.

*Na MUNIC, dois distritos são tratados como municípios para efeitos da pesquisa, o Distrito Federal e o Distrito Estadual de Fernando de Noronha.



Anual.

Temas investigados em 2018

MUNIC

Recursos humanos

Legislação e instrumentos de planejamento

Educação

Cultura

Saúde

Assistência social

Segurança alimentar

Trabalho e inclusão produtiva

Política para mulheres

Instrumentos de gestão migratória

ESTADIC

Recursos humanos

Educação

Cultura

Saúde

Assistência social

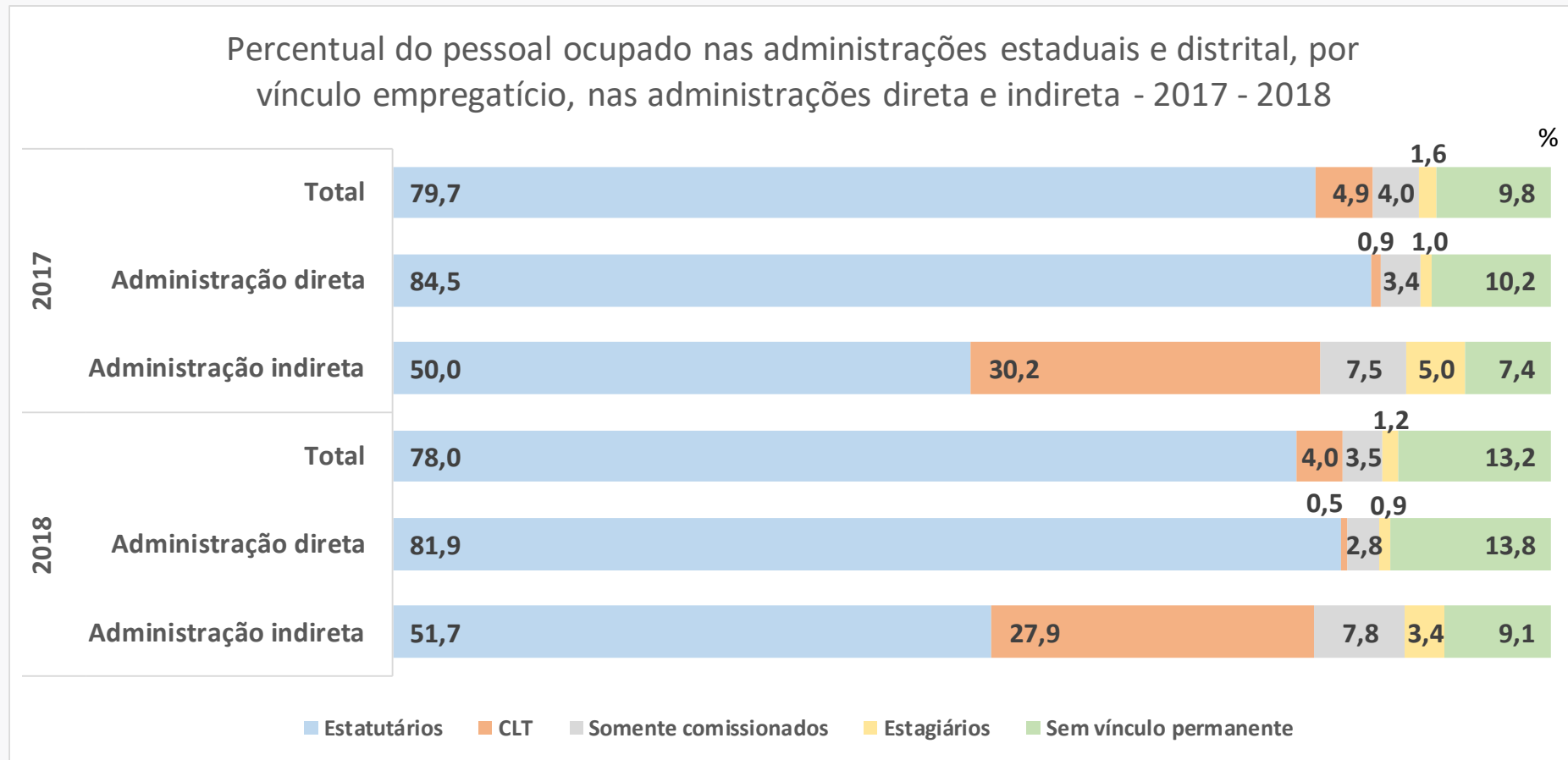
Segurança alimentar

Trabalho e inclusão produtiva

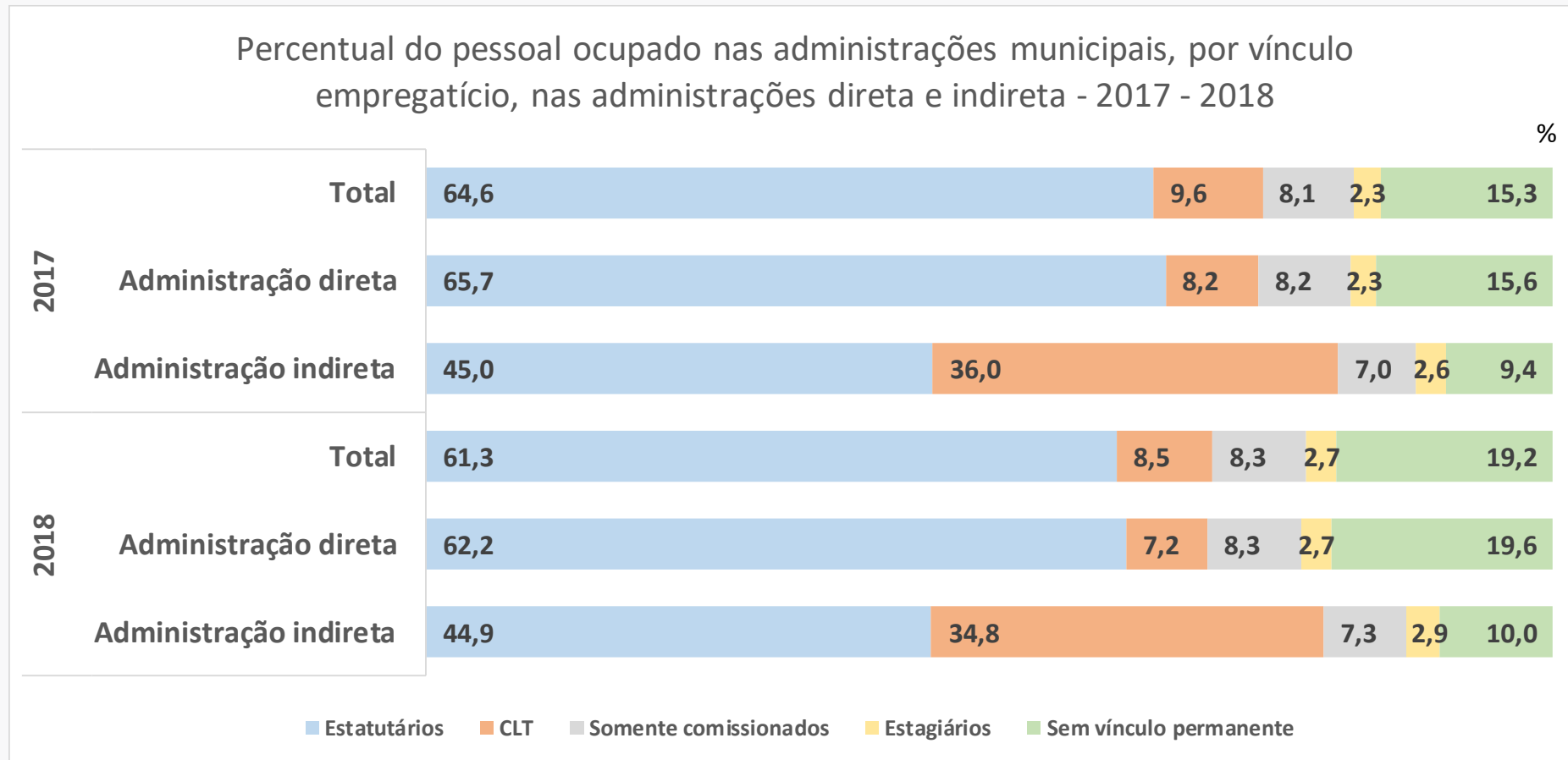
Política para mulheres

Recursos humanos

- ✓ O número de pessoas ocupadas nas administrações direta e indireta estaduais e distrital foi de 3 128 944, em 2018, e de 3 016 028, em 2017 – o que corresponde a um crescimento de 3,7% no período.



- ✓ O número de pessoas ocupadas nas administrações direta e indireta municipais foi de 6 327 808, em 2017, e de 6 531 554, em 2018 – o que corresponde a um acréscimo de 3,2% no período.



Legislação e instrumentos de planejamento

Percentual de municípios de acordo com a situação do Plano Diretor, segundo os municípios com até 20 000 e mais de 20 000 habitantes - Brasil - 2005/2018

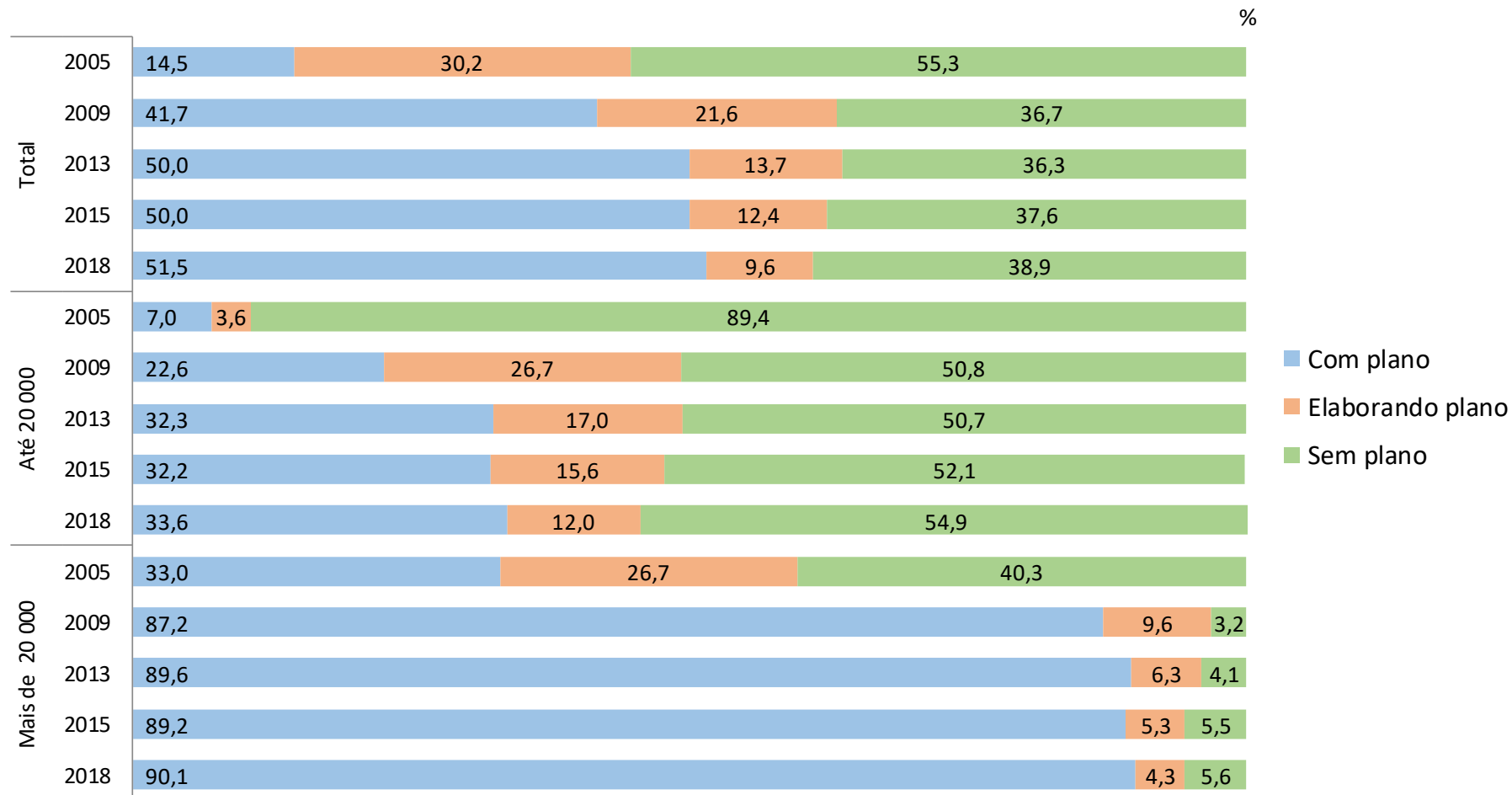


Tabela 4 - Percentual de municípios com instrumentos de planejamento, segundo as classes de tamanho da população dos municípios - Brasil - 2015/2018

Classes de tamanho da população dos municípios	Percentual de municípios com instrumentos de planejamento (%)					
	Com pelo menos um dos instrumentos		Sem nenhum instrumento		Não informado	
	2015	2018	2015	2018	2015	2018
Total	95,0	96,3	5,0	3,7	-	-
Até 5 000 hab.	95,1	96,7	4,9	3,3	-	-
De 5 001 a 10 000 hab.	92,8	94,5	7,2	5,5	-	-
De 10 001 a 20 000 hab.	93,0	94,6	7,0	5,4	0,1	0,1
De 20 001 a 50 000 hab.	96,9	97,5	3,1	2,5	-	0,2
De 50 001 a 100 000 hab.	99,7	100,0	0,3	-	-	-
De 100 001 a 500 000 hab.	100,0	100,0	-	-	-	-
Mais de 500 000 hab.	100,0	100,0	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2015/2018.

Em 2018 mais de 50% dos municípios, tinham lei de perímetro urbano, código de obras, legislação sobre parcelamento do solo, uso ou ocupação do solo, contribuição de melhoria e área de interesse social.

Educação

Órgão gestor

- ✓ Todas as Unidades da Federação possuíam estrutura organizacional para tratar da política de educação, a maioria delas como secretaria exclusiva, apenas no AC, TO e GO eram em conjunto com outras políticas;
- ✓ Todos os municípios possuíam estrutura organizacional para tratar da política de educação, conforme caracterização na tabela abaixo:

Municípios, total e por caracterização do órgão gestor da educação - 2018		
Caracterização do órgão gestor	Total	
	Nº de municípios	%
Secretaria municipal exclusiva	3 148	56,5
Secretaria municipal em conjunto	2 273	40,8
Setor subordinado a outra secretaria	7	0,1
Setor subordinado chefia do executivo	133	2,4
Órgão da administração indireta	8	0,2
Total com estrutura	5 569	100,0

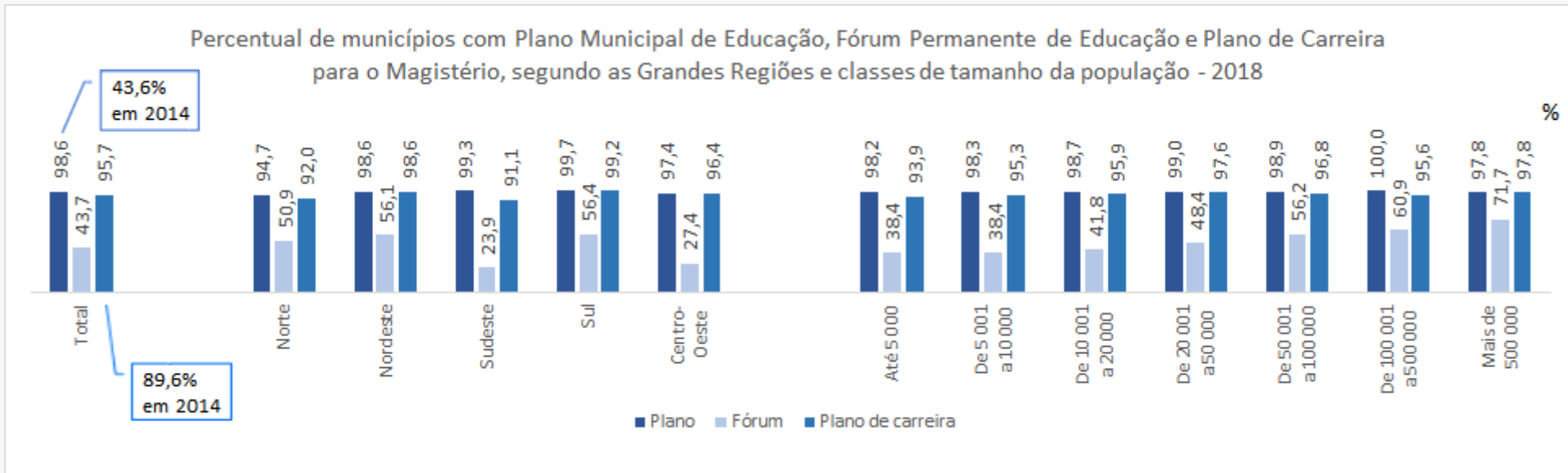
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2018.

Instrumentos de gestão

- ✓ O Plano Estadual de Educação de MG foi instituído em dezembro de 2018;
- ✓ em 2014 tinham apenas fórum e plano de carreira RO, AC, RR, AP, PI, CE, RN, ES, SP, PR, SC e RS.

Unidades da Federação com Plano Estadual de Educação, Fórum Permanente e Plano de Carreira para o Magistério - 2018



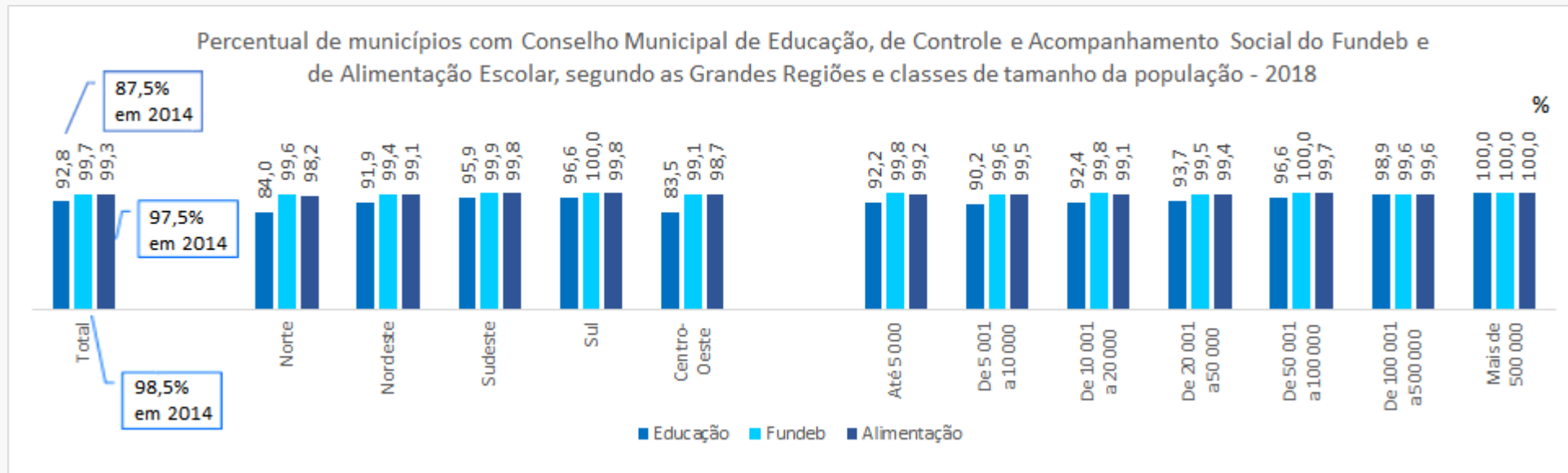


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2018.

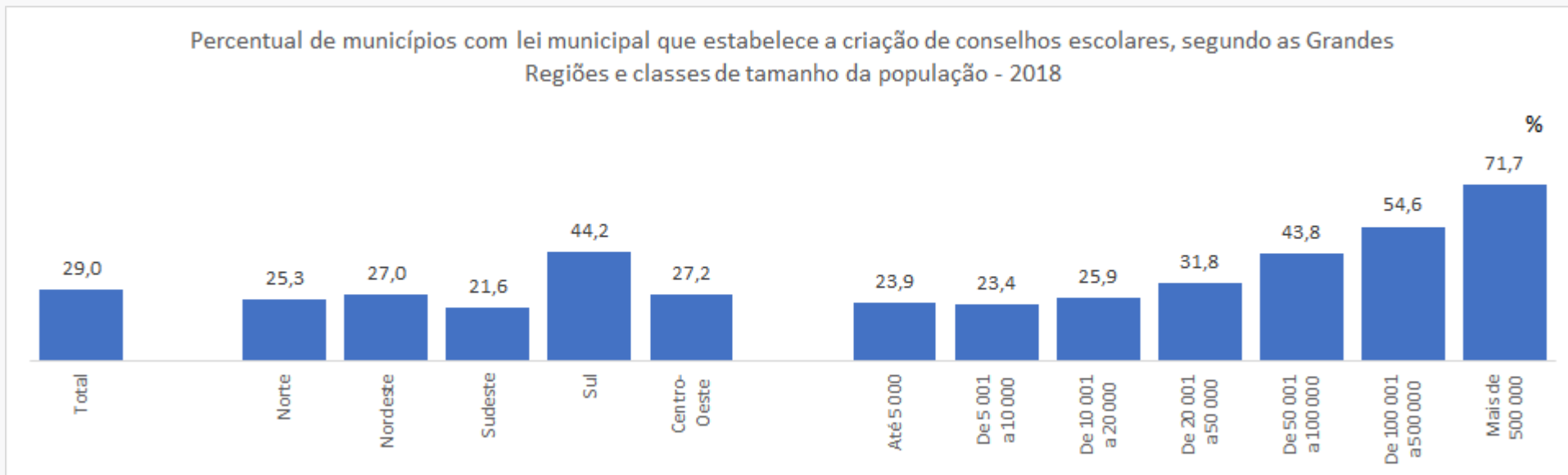
- ✓ Dos 5 494 municípios com plano municipal de educação, 2 409 (43,8%) possuíam fórum permanente de educação;
- ✓ 2 356 municípios possuíam os três instrumentos;
- ✓ 2 434 municípios possuíam fórum;
- ✓ 5 332 municípios possuíam plano de carreira.

Conselhos

- ✓ Todas as Unidades da Federação possuíam Conselho de Educação e de Alimentação escolar (Em 2014, MA e CE não tinham Conselho de Alimentação Escolar);
- ✓ 5 135 municípios tinham Conselho Municipal de Educação, de Controle e Acompanhamento Social do Fundeb e de Alimentação escolar.



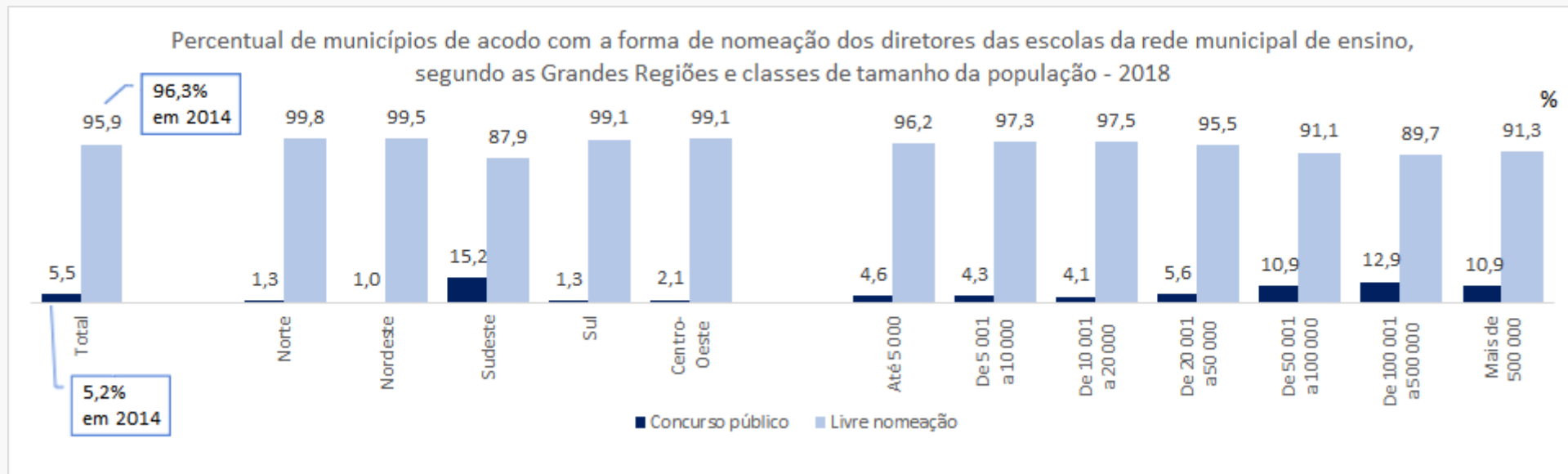
- ✓ Apenas AM, RR, CE, MG e GO não possuíam lei estadual que estabelecia a criação de conselhos escolares;
- ✓ 5 135 municípios tinham Conselho de Municipal de Educação, de Controle e Acompanhamento Social do Fundeb e de Alimentação escolar.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2018.

Diretores

- ✓ SP era a única Unidade da Federação onde a nomeação dos diretores das escolas da rede estadual era feita apenas por concurso público (em 2014 eram RJ e SP), nas demais era feita apenas por livre nomeação;
- ✓ dos 302 municípios que realizavam concurso público para a nomeação de diretores das escolas municipais, em 226 essa era a única forma de nomeação e 76 adotavam também a livre nomeação.



Cultura

Órgão gestor

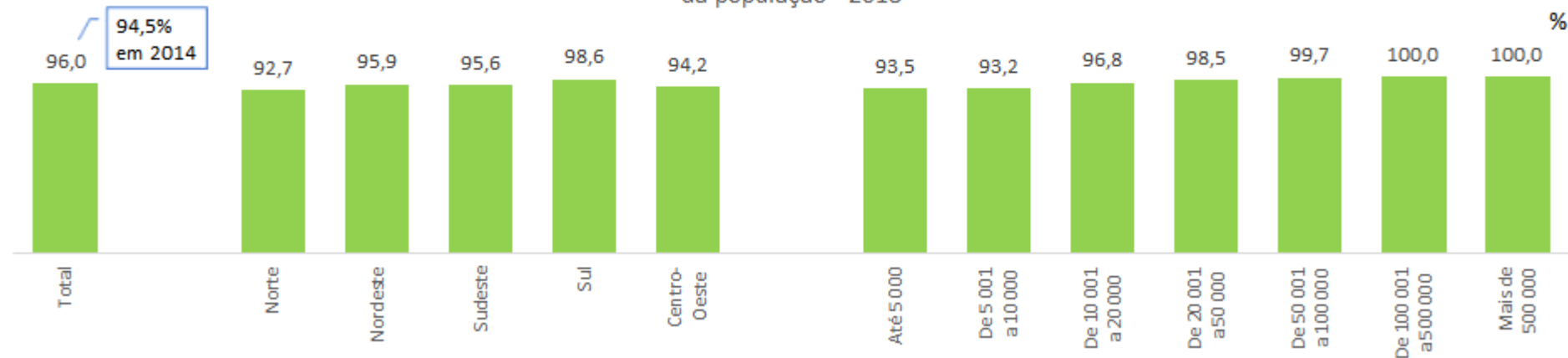
- ✓ Apenas no AC, RN e SC a estrutura organizacional da política de cultura era um órgão da administração indireta.

Unidades da Federação por caracterização do órgão gestor da política de cultura - 2018



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2018.

Percentual de municípios com órgão gestor da política de cultura, segundo as Grandes Regiões e classes de tamanho da população - 2018



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2017.

Municípios, total e por caracterização do órgão gestor da política de cultura - 2018

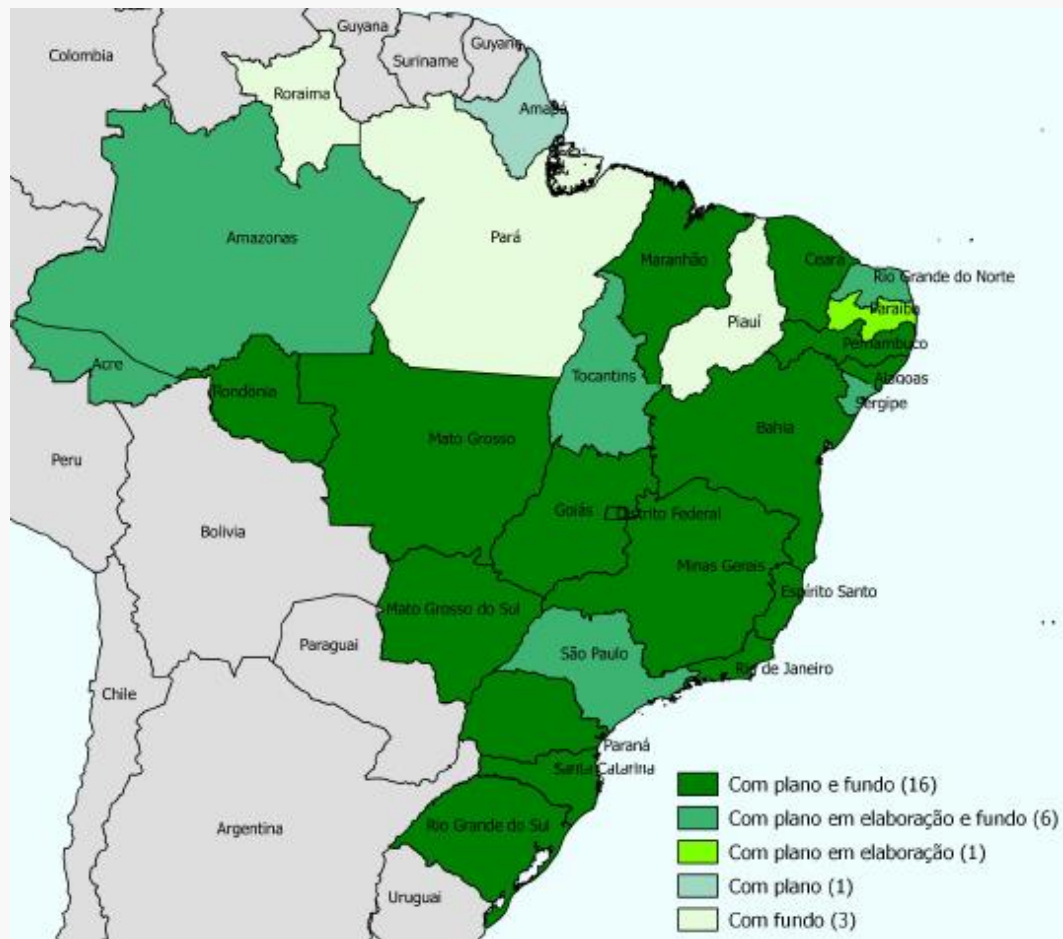
Caracterização do órgão gestor	Total (1)	
	Nº de municípios	%
Secretaria municipal exclusiva	811	15,2
Secretaria municipal em conjunto	3 665	68,6
Setor subordinado a outra secretaria	548	10,3
Setor subordinado chefia do executivo	208	3,9
Órgão da administração indireta	114	2,1
Total com estrutura	5 346	100

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2018.

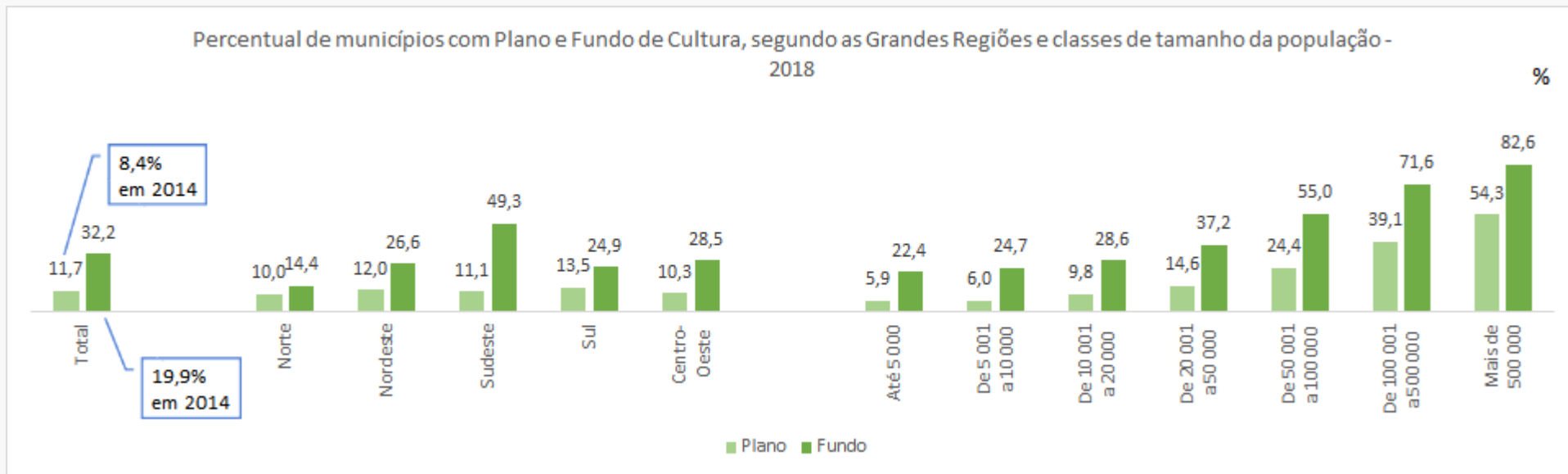
Instrumentos de gestão

- ✓ 17 UF's tinham plano e 7 estavam com o plano em elaboração;
- ✓ 24 UF's tinham fundo.

Unidades da Federação com Plano e Fundo de Cultura - 2018



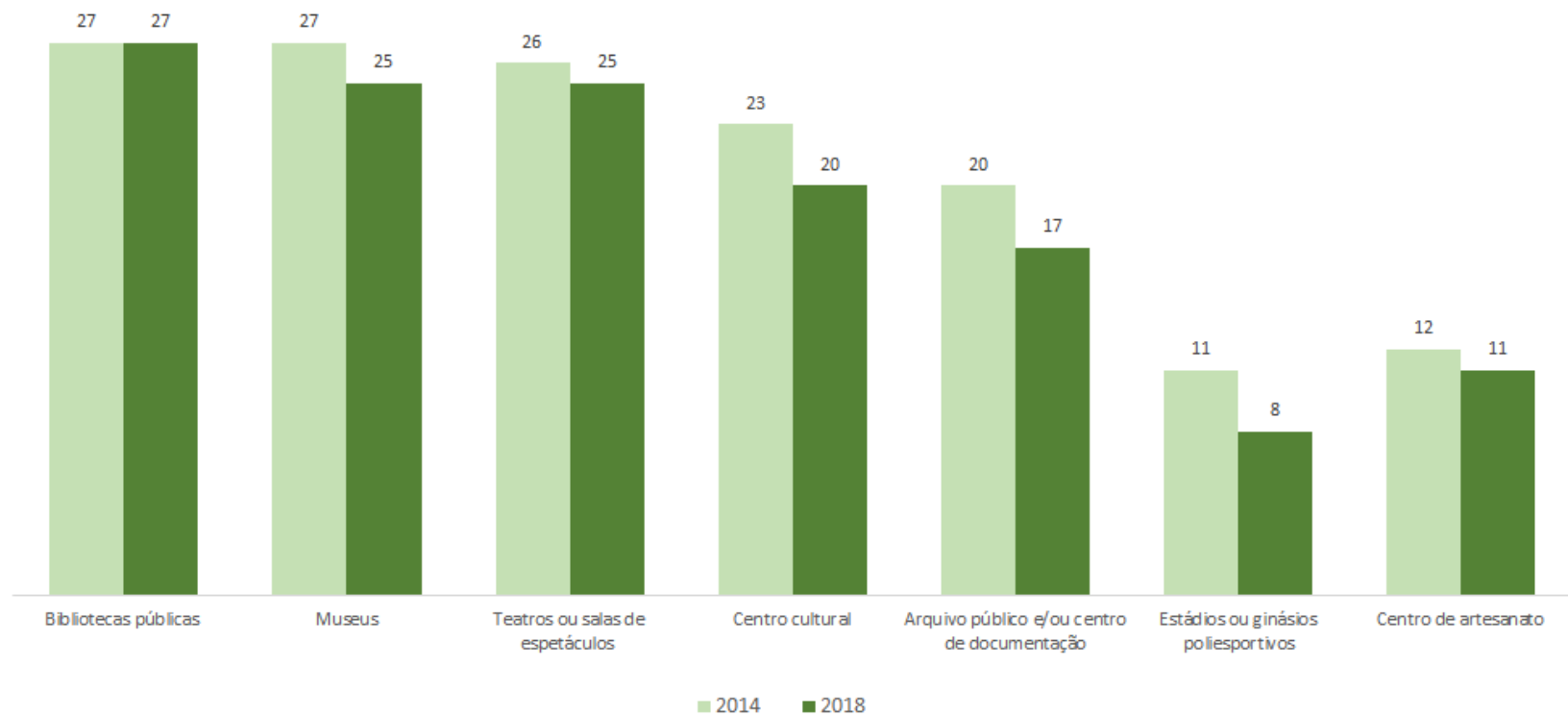
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2018.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2018.

Equipamentos culturais

Unidades da Federação com equipamentos de responsabilidade da gestão estadual - Brasil - 2014/2018



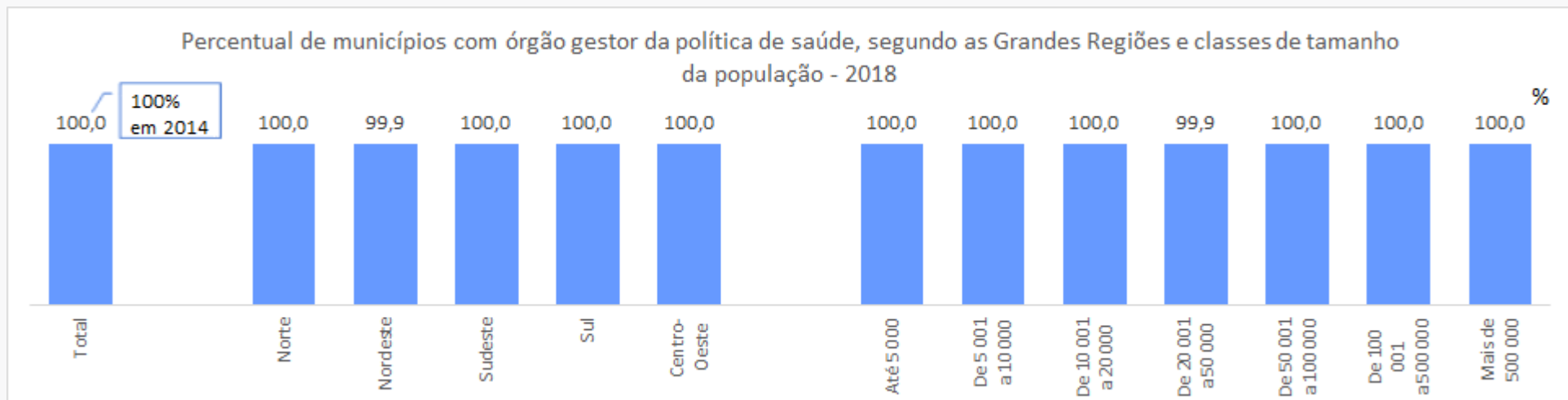
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2014/2018.

- ✓ Os equipamentos foram menos presentes nos municípios em 2018, quando comparados a 2014, por exemplo museus estavam presentes em 27,2% deles em 2014 retraindo a 25,9% em 2018;
- ✓ Verificou-se, também, diminuição do número de municípios com bibliotecas e unidades de ensino superior entre 2014 (respectivamente, 97,1% e 39,9%) e 2018 (respectivamente, 87,7% e 31,8%).

Saúde

Órgão gestor e instrumentos de gestão

- ✓ Todas as UF's possuíam estrutura organizacional para tratar da política de saúde na forma de secretaria exclusiva;
- ✓ Todas as UF's adotavam desenho de regionalização dos municípios em sua política de saúde;
- ✓ Todas as UF's tinham fundo e conselho de saúde.



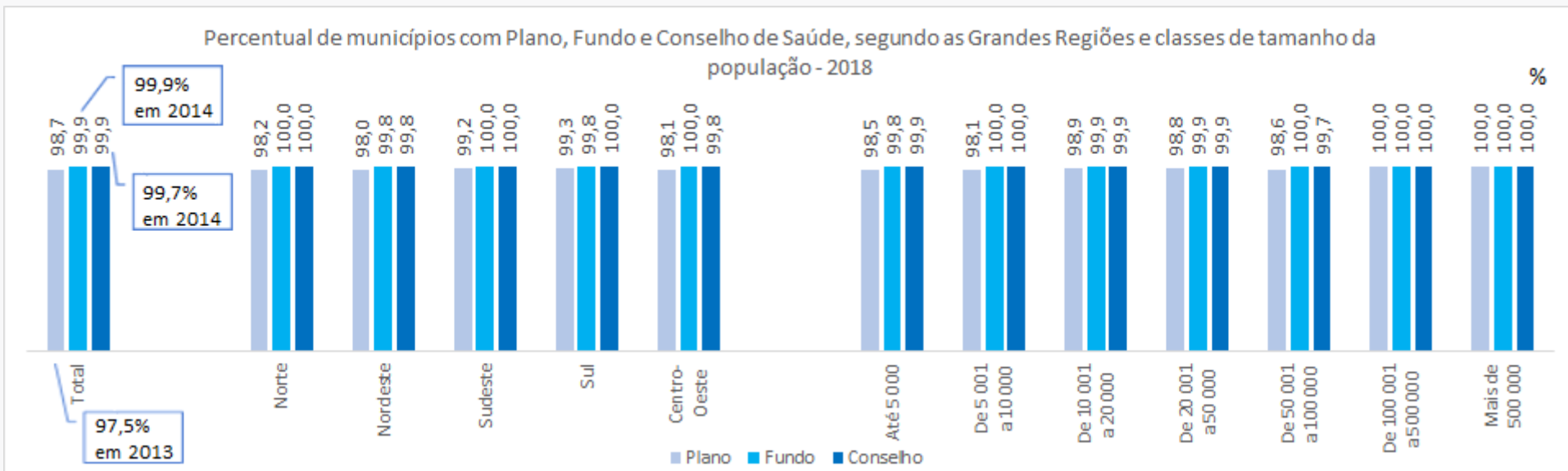
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2018.

Municípios, total e por caracterização do órgão gestor da política de saúde - 2018

Caracterização do órgão gestor	Total (1)	
	Nº de municípios	%
Secretaria municipal exclusiva	5 095	91,5
Secretaria municipal em conjunto	317	5,7
Setor subordinado a outra secretaria	4	0,1
Setor subordinado chefia do executivo	137	2,5
Órgão da administração indireta	16	0,3
Total com estrutura	5569	100,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2018.

(1) Um município não respondeu a MUNIC 2018.

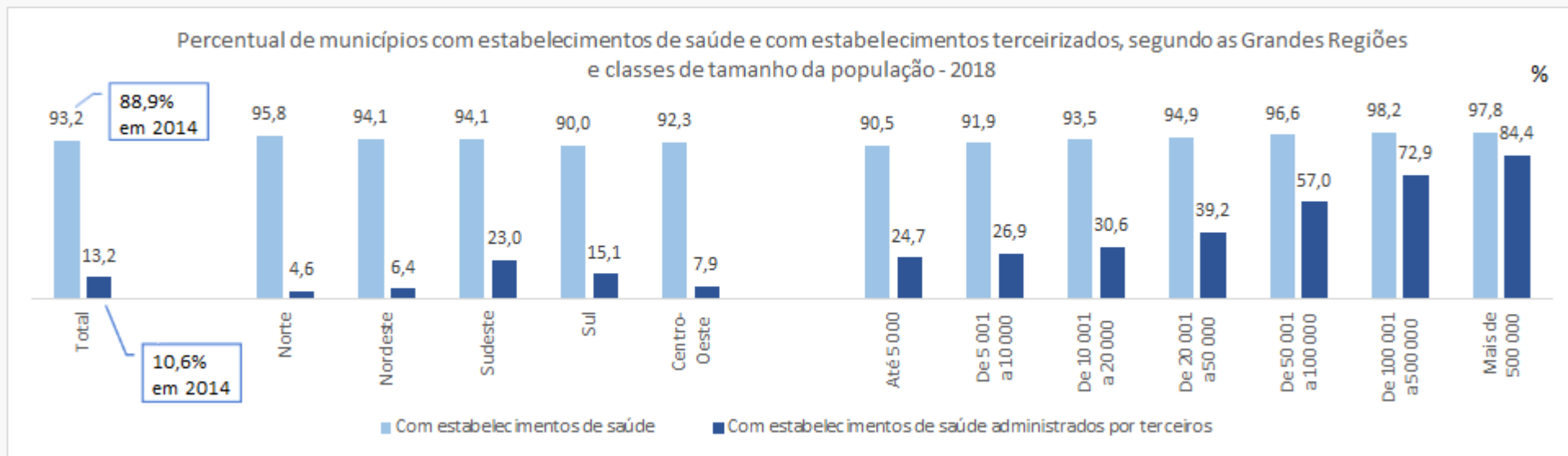


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2018.

✓ Apenas 75 municípios não tinham Plano Municipal de Saúde.

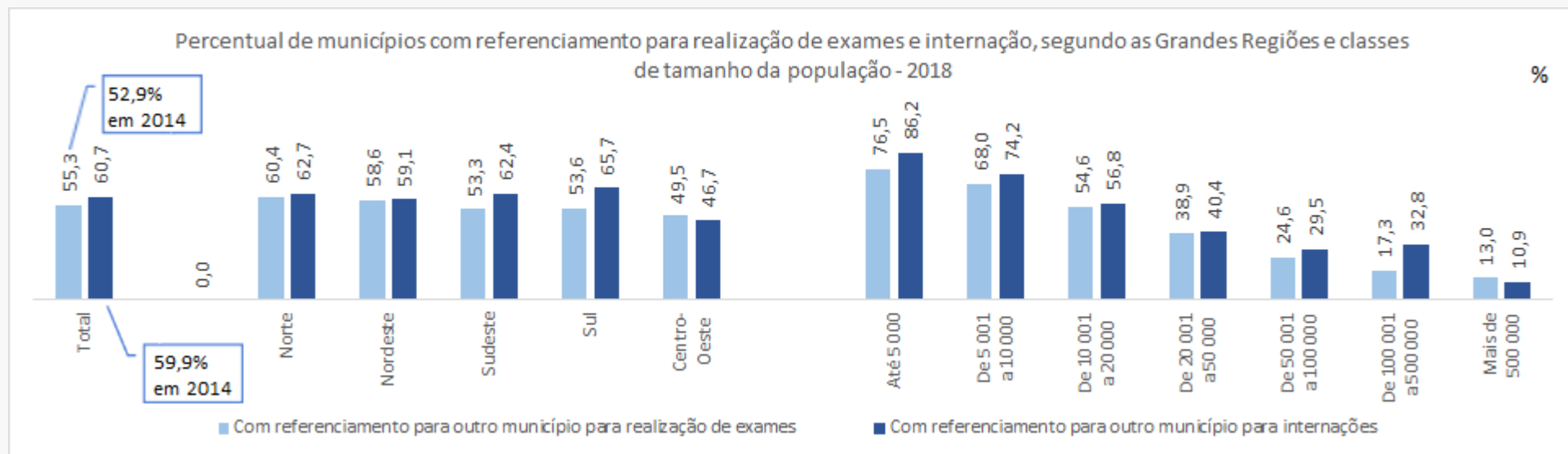
Estabelecimentos de saúde

- ✓ 7 UF's declararam não ter estabelecimentos de saúde administrados por terceiros, são elas: Rondônia, Roraima, Tocantins, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe e Minas Gerais;
- ✓ Dentre as Unidades da Federação que contratavam serviços de gestão dos estabelecimentos públicos de saúde, o tipo de administrador mais presente eram as organizações sociais;



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2018.

- ✓ Dos estabelecimentos sob responsabilidade municipal administrados por terceiros, 58,3% eram administrados por organizações sociais (OS); 15,0%, por empresas privadas; 11,0%, por consórcios públicos e 9,4%, por Fundações.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2018.

Assistência social

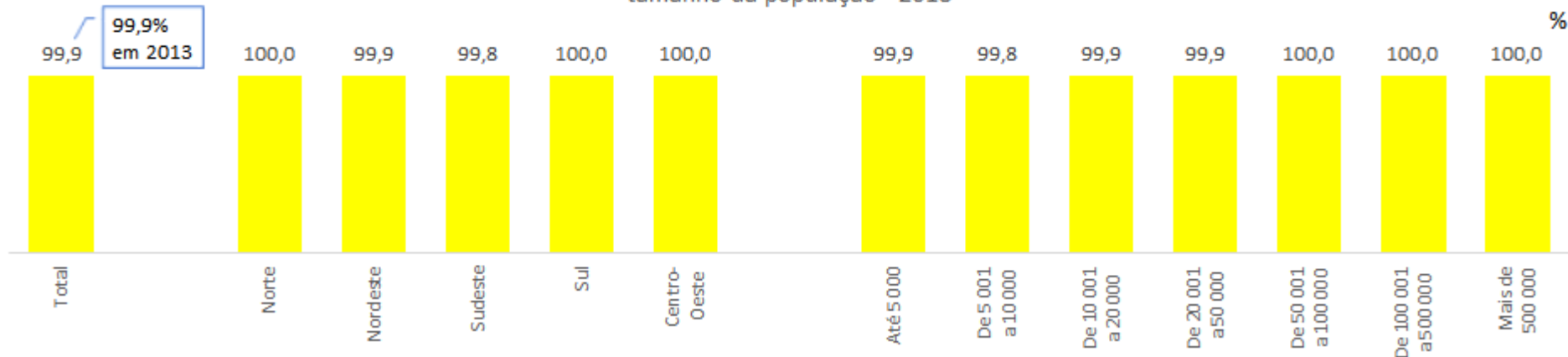
Órgão gestor

- ✓ Todas as Unidades da Federação possuíam estrutura organizacional para tratar da política de assistência social;
- ✓ em 4 UF's o órgão gestor era uma secretaria exclusiva.

Unidades da Federação por caracterização do órgão gestor da política de assistência social - 2018



Percentual de municípios com órgão gestor da política de assistência social, segundo as Grandes Regiões e classes de tamanho da população - 2018



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2018.

Municípios, total e por caracterização do órgão gestor da política de assistência social - 2018

Caracterização do órgão gestor	Total (1)	
	Nº de municípios	%
Secretaria municipal exclusiva	65	72,7
Secretaria municipal em conjunto	265	22,8
Sector subordinado a outra secretaria	1 511	1,0
Sector subordinado chefia do executivo	94	3,3
Órgão da administração indireta	4	0,2
Total com estrutura	5565	99,9
Total sem estrutura	4	0,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2018.

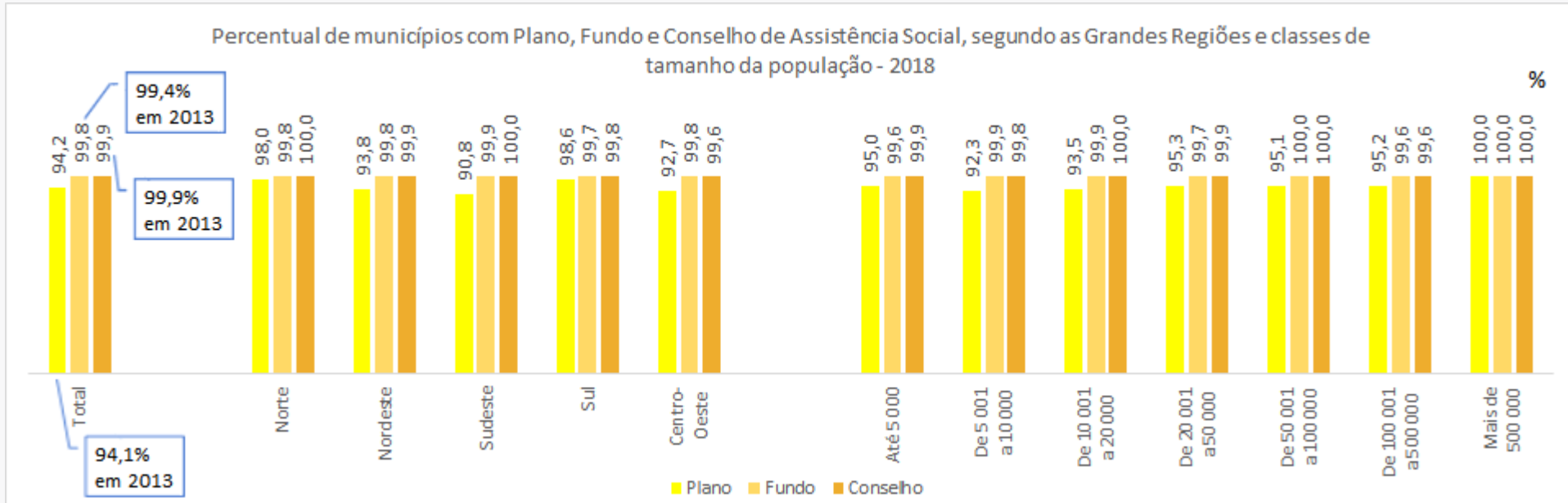
(1) Um município não respondeu a MUNIC 2018.

Instrumentos de gestão e de participação

- ✓ 23 UF's tinham plano, fundo e conselho, em 2013 todas as UF's tinham plano;
- ✓ O ordenador de despesas do fundo não era da área de assistência social no TO, CE e MT;
- ✓ Apenas no RS o conselho tinha maior participação da sociedade civil, nas demais era paritário.

Unidades da Federação com Plano, Fundo e Conselho de Assistência Social - 2018





Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2018.

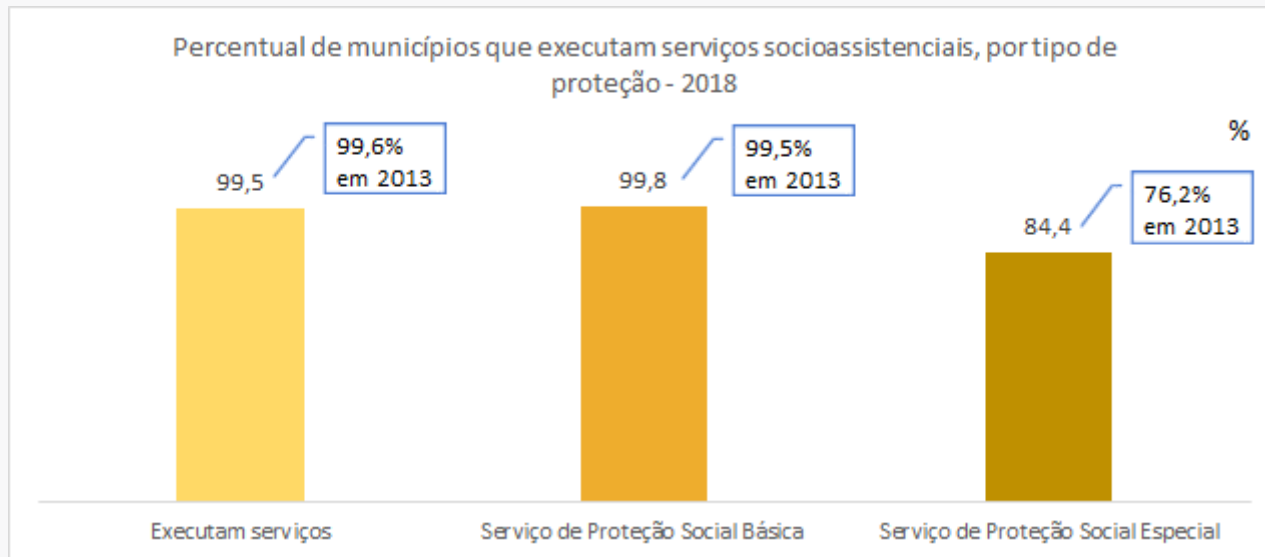
- ✓ 84,1% dos municípios com plano realizavam avaliação anual;
- ✓ 97,0% dos conselhos eram paritários;
- ✓ 84,8% dos municípios com fundo, o responsável pela gestão era a assistência social..

Serviços socioassistenciais

- ✓ 4 UF's não executavam serviços socioassistenciais;
- ✓ AM e DF executam serviços socioassistenciais de proteção básica.

Unidades da Federação que realizam pagamento por serviços ambientais - 2017





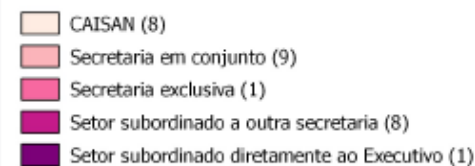
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2018.

- ✓ mais de 91% dos municípios ofereciam serviço de proteção básica, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF, bem como o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e para idosos.;
- ✓ dentre os serviços de proteção especial de média complexidade, mais de 69,0% ofertavam o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);
- ✓ com relação aos serviços de proteção especial de alta complexidade, mais de 41,0% ofertavam o Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes.

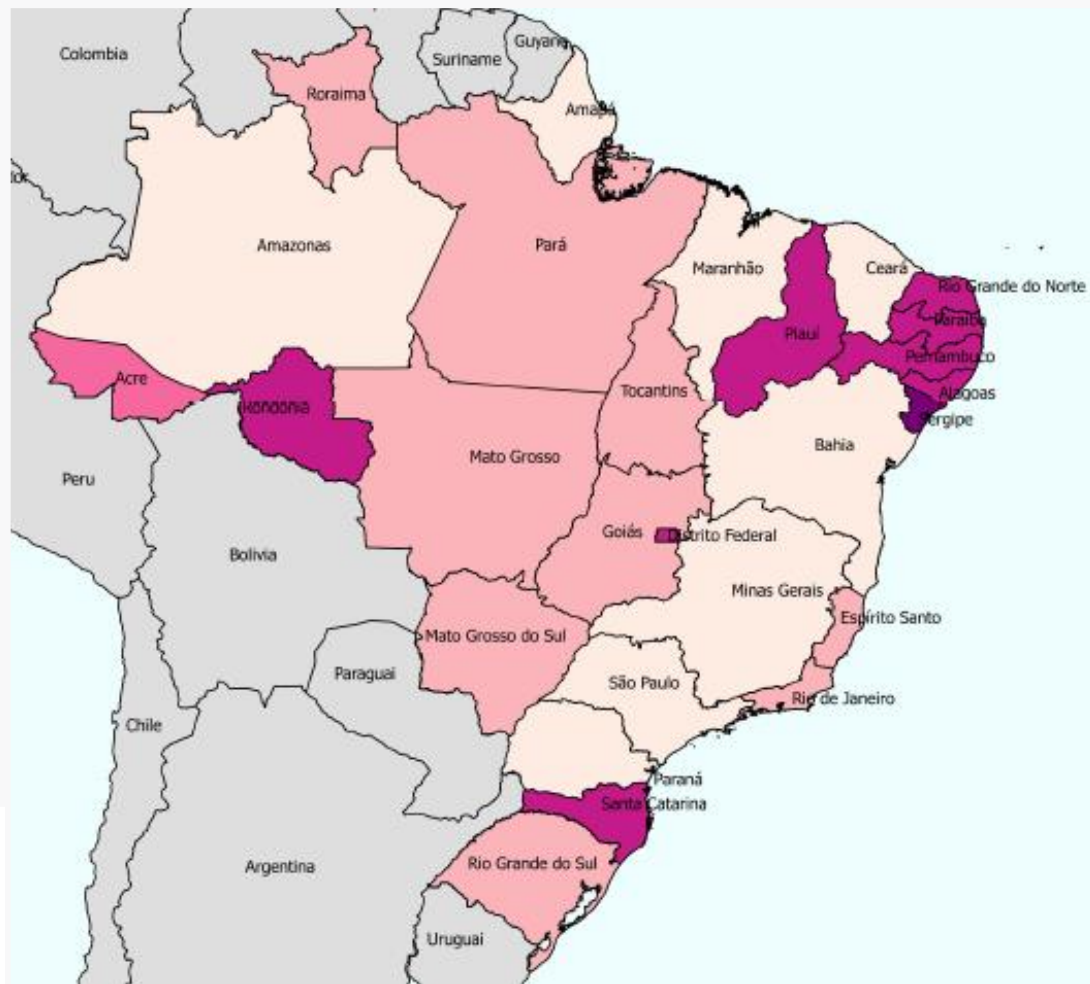
Segurança alimentar

Órgão gestor

- ✓ Apenas no AC o órgão gestor da segurança alimentar era um secretaria exclusiva.

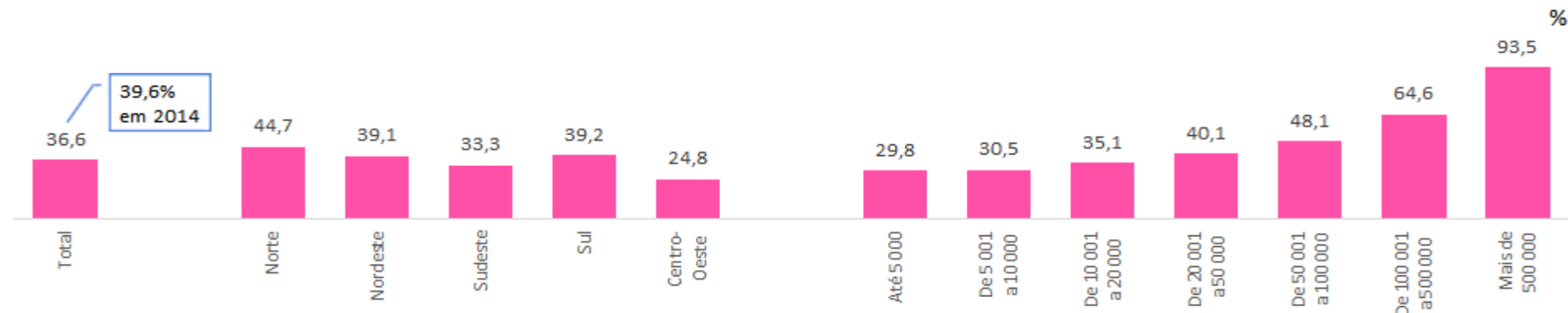


Unidades da Federação por caracterização do órgão gestor da segurança alimentar- 2018



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2018.

Percentual de municípios com órgão gestor da política de segurança alimentar, segundo as Grandes Regiões e classes de tamanho da população - 2018



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2018.

Municípios, total e por caracterização do órgão gestor da política de segurança alimentar - 2018

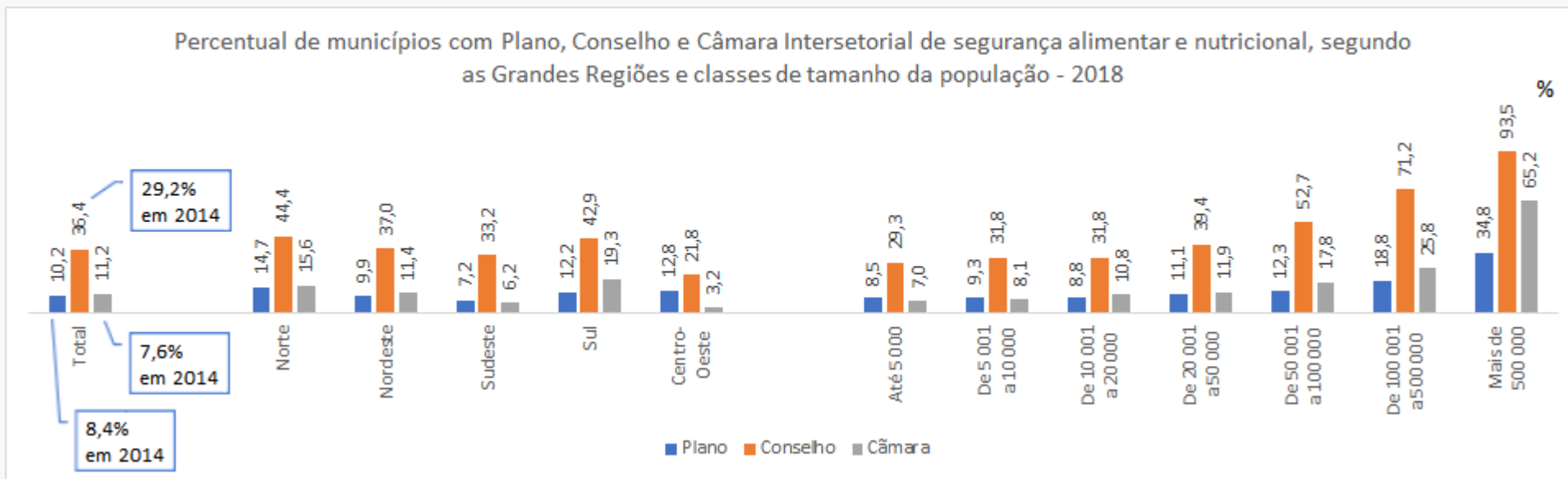
Caracterização do órgão gestor	Total (1)	
	Nº de municípios	%
Secretaria municipal exclusiva	65	1,2
Secretaria municipal em conjunto	265	4,8
Setor subordinado a outra secretaria	1 511	27,1
Setor subordinado chefia do executivo	94	1,7
Órgão da administração indireta	4	0,1
CAISAN	102	1,8
Total com estrutura	2 041	36,7
Total sem estrutura	3 526	63,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2018.

(1) Três municípios não responderam ao bloco de política para mulheres.

Instrumento de gestão e de participação

- ✓ 15 UF's possuíam plano de segurança alimentar: AC, AM, PA, TO, MA, CE, PB, PE, AL, BA, MG, PR, SC, MS e DF;
- ✓ Todas as UF's possuíam Conselho de Segurança Alimentar e Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar.



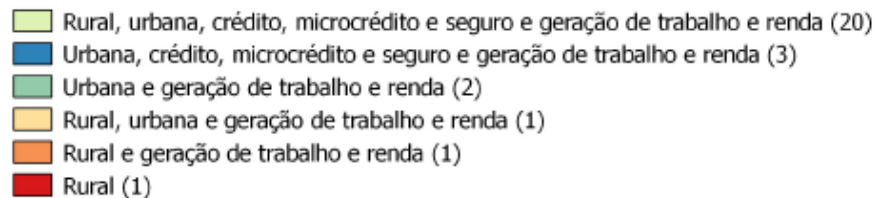
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2018.

Ações desenvolvidas

- ✓ Atividades de educação alimentar e nutricional, de capacitação, fomento ou incentivo à produção orgânica e/ou agroecológica, programa de alimentação escolar e compras públicas da agricultura familiar foram as executadas pelo maior número de UF's;
- ✓ As ações de atividades de agricultura urbana (ex: hortas comunitárias em terrenos urbanos), manutenção de cozinhas comunitárias e de banco de alimentos foram as desenvolvidas pelos menores quantitativos de Unidades da Federação;
- ✓ No que diz respeito às ações desenvolvidas pelos municípios, os programas de alimentação escolar e de compras públicas da agricultura familiar foram executados, respectivamente, por 83,9% (4 674) e 85,7% (4 776) dos municípios;
- ✓ As ações de manutenção de restaurantes populares, de cozinhas comunitárias e de equipamentos de abastecimento público de alimentos eram desenvolvidas com menor frequência pelos municípios.

Trabalho e inclusão produtiva

- ✓ Todas as UF's declararam realizar pelo menos uma ação ou programa de inclusão produtiva.

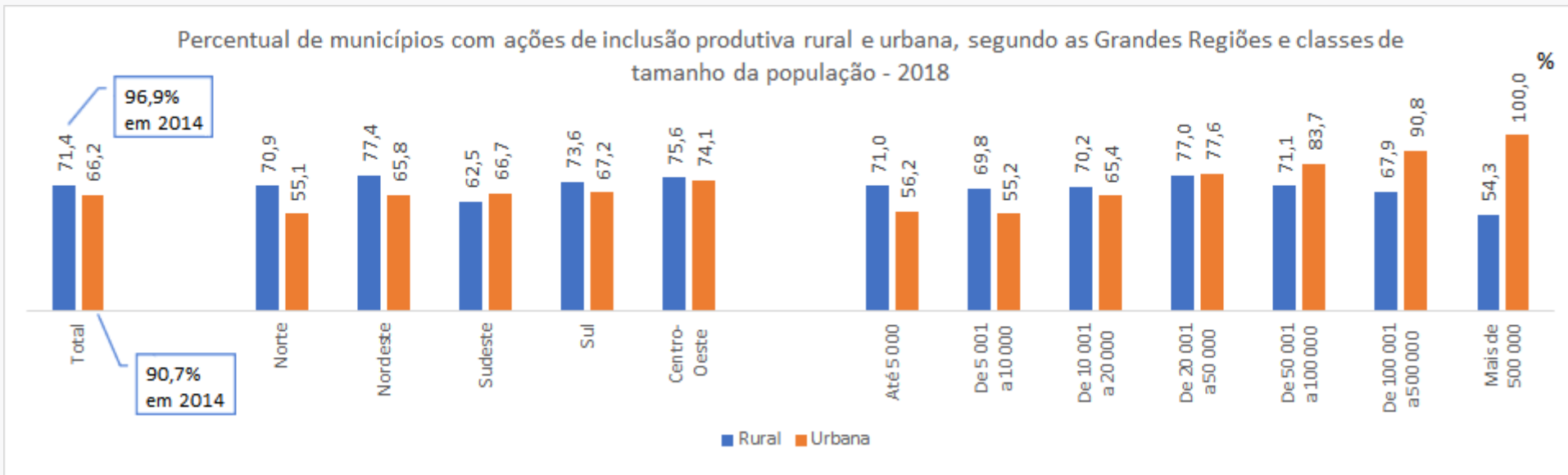


Unidades da Federação por tipo de ação, programa ou projeto de ação de inclusão produtiva - 2018



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2018.

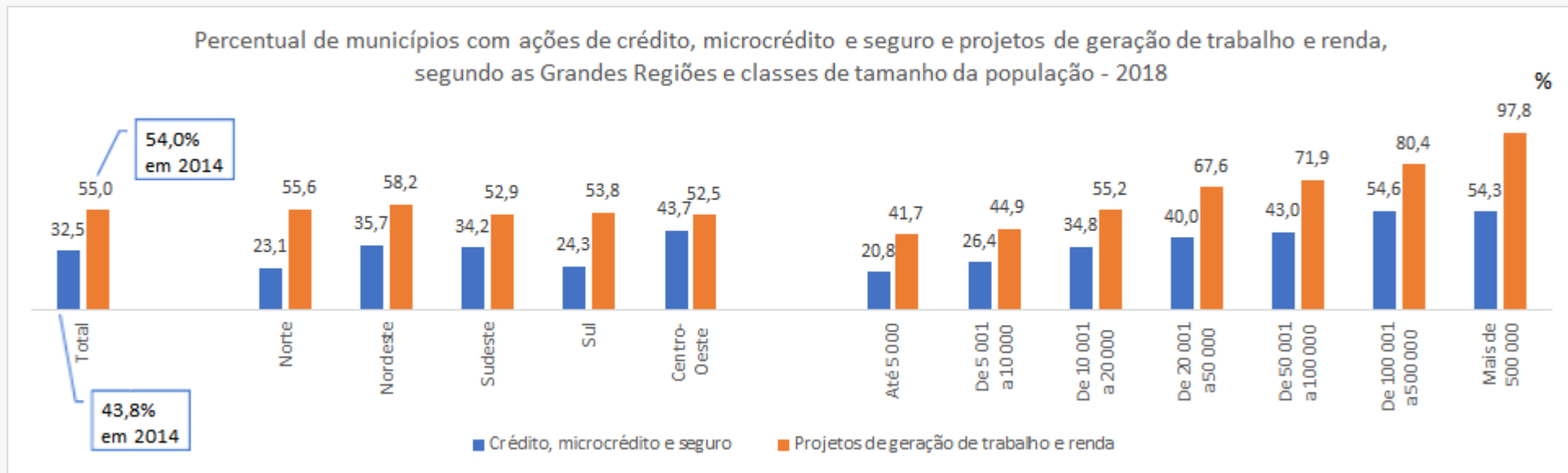
- ✓ ações de inclusão produtiva rural desenvolvidas pelo maior número de UF's: assistência técnica e extensão rural (18), fomento a atividades produtivas (22) e incentivo para acesso ao crédito e ao seguro rural (20);
- ✓ ações de inclusão produtiva urbana desenvolvidas pelo maior número de UF's: qualificação profissional (25), intermediação de mão de obra (25) e fomento a empreendimentos coletivos urbanos (25);
- ✓ ações de crédito, microcrédito e seguro desenvolvidas pelo maior número de UF's : promover o acesso ao microcrédito produtivo orientado (Programa Crescer ou similares) (19) e acesso a crédito por meio do Banco do Povo ou organizações congêneres (19);
- ✓ 24 UF's desenvolveram projetos de geração de trabalho e renda voltados para o apoio à comercialização de negócios, cooperativas e empreendimentos solidários e apoio ao associativismo, cooperativismo e economia solidária.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2018.

As ações de inclusão produtiva rural e urbana realizadas pelos maiores percentuais de municípios foram:

- ✓ rural: aquisição de alimentos no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA ou do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE (62,4%), de assistência técnica e extensão rural (61,0%) e de fomento a atividades produtivas (54,4%);
- ✓ urbana: ações de qualificação profissional e intermediação de mão de obra (59,7%).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2018.

As ações de crédito, microcrédito e seguro e projetos de geração de trabalho e renda realizadas pelos maiores percentuais de municípios foram:

- ✓ crédito, microcrédito e seguro: de acesso a crédito por meio do Banco do Povo ou outras organizações congêneres (24,1%);
- ✓ projetos de geração de trabalho e renda: projeto(s) de apoio à comercialização de negócios, cooperativas e empreendimentos solidários (541,1%).

Política para mulheres

Organismo executivo

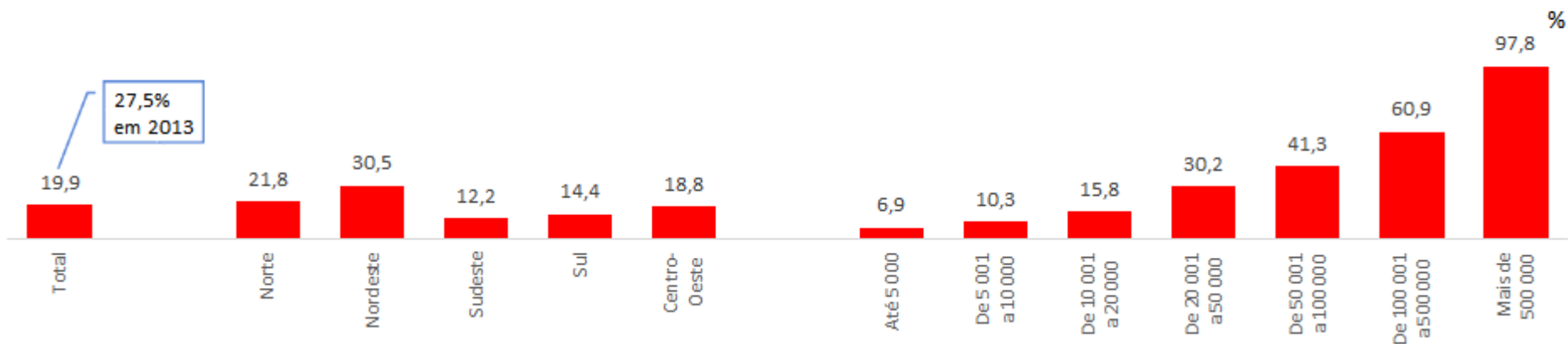
- ✓ Em 26 Unidades da Federação o organismo executivo de política para mulheres era associado ou subordinado a outras política;
- ✓ dentre as políticas associadas havia predominância da política de direitos humanos.

Caracterização do organismo executivo de política para mulheres – 2018



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2018.

Percentual de municípios com organismo executivo de política para mulheres, segundo as Grandes Regiões e classes de tamanho da população - 2018



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2018.

Municípios, total e por caracterização do organismo executivo de política para mulheres - 2018

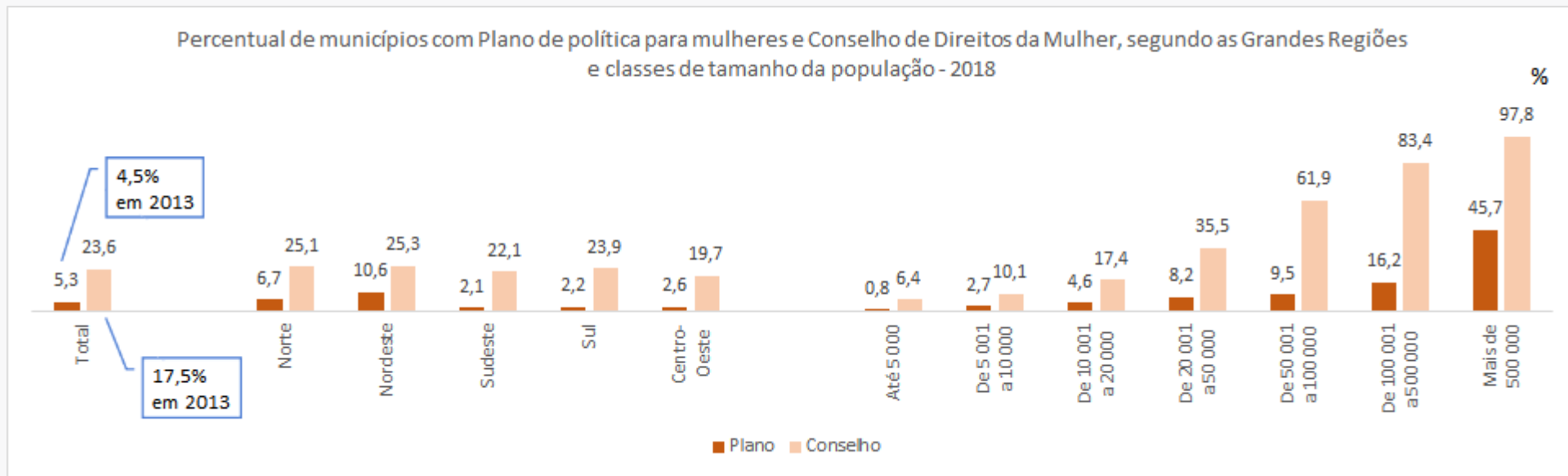
Caracterização do órgão gestor	Total (1)	
	Nº de municípios	%
Secretaria municipal exclusiva	142	2,5
Secretaria municipal em conjunto	72	1,3
Setor subordinado a outra secretaria	696	12,5
Setor subordinado chefia do executivo	197	3,5
Órgão da administração indireta	2	0,04
Total com estrutura	1 109	19,9
Total sem estrutura	4 459	80,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2018.

(1) Dois municípios não responderam ao bloco de política para mulheres.

Instrumento de gestão e de participação

- ✓ Em 2018, 15 UF's tinham Plano de política para mulheres, número maior do que em 2013 (12);
- ✓ Todas as UF's tinham Conselho de Direitos da Mulher .



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2018.

- ✓ Entre as Grandes Regiões, a Nordeste apresentou o maior percentual de municípios com plano e conselho.

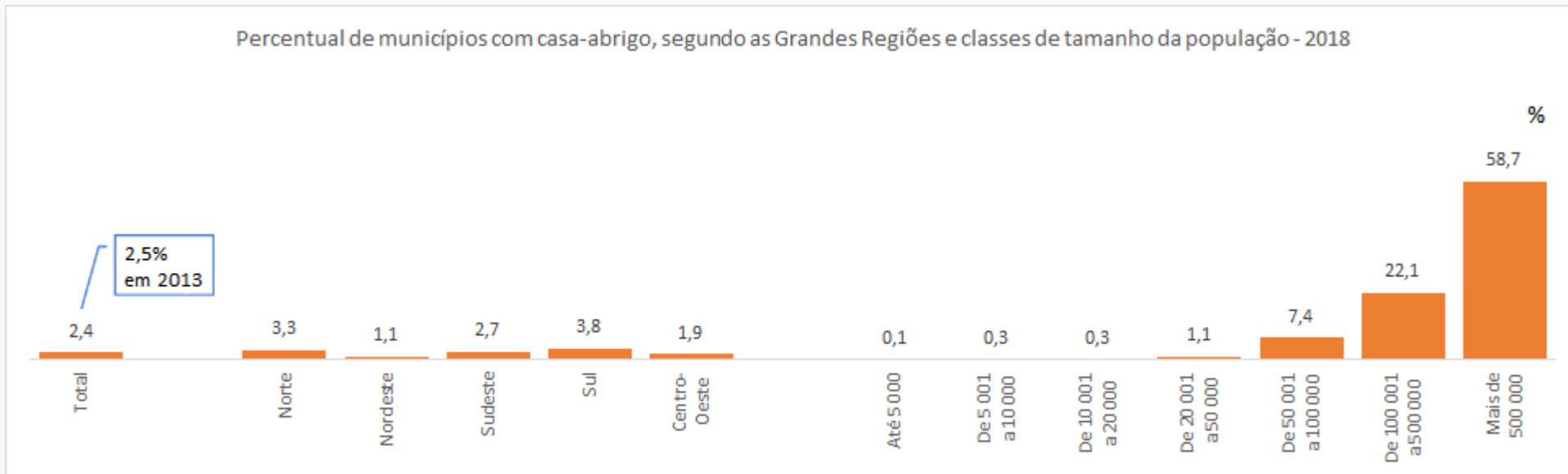
Casa-abrigo

- ✓ Em comparação aos resultados de 2013, observa-se um aumento no número de UF's que possuem casas-abrigo, de 12 para 20;
- ✓ Ao todo eram 43 casas-abrigo no país;
- ✓ As UF's, com o maior número de casas-abrigo eram SP (14), PA (5) e PE (4);
- ✓ Dentre as principais atividades disponibilizadas nas casas-abrigo, a mais frequente era o atendimento psicológico individual.

Unidades da Federação com casa-abrigo – 2018



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2018.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2018.

- ✓ Ao todo eram 153 (em 2013 eram 155) casas-abrigo de responsabilidade da gestão municipal;
- ✓ as Regiões Sudeste (55) e Sul (50) tinham as maiores quantidades de casas abrigo;
- ✓ dentre as principais atividades disponibilizadas nas casas-abrigo, a mais frequente era o atendimento psicológico individual.

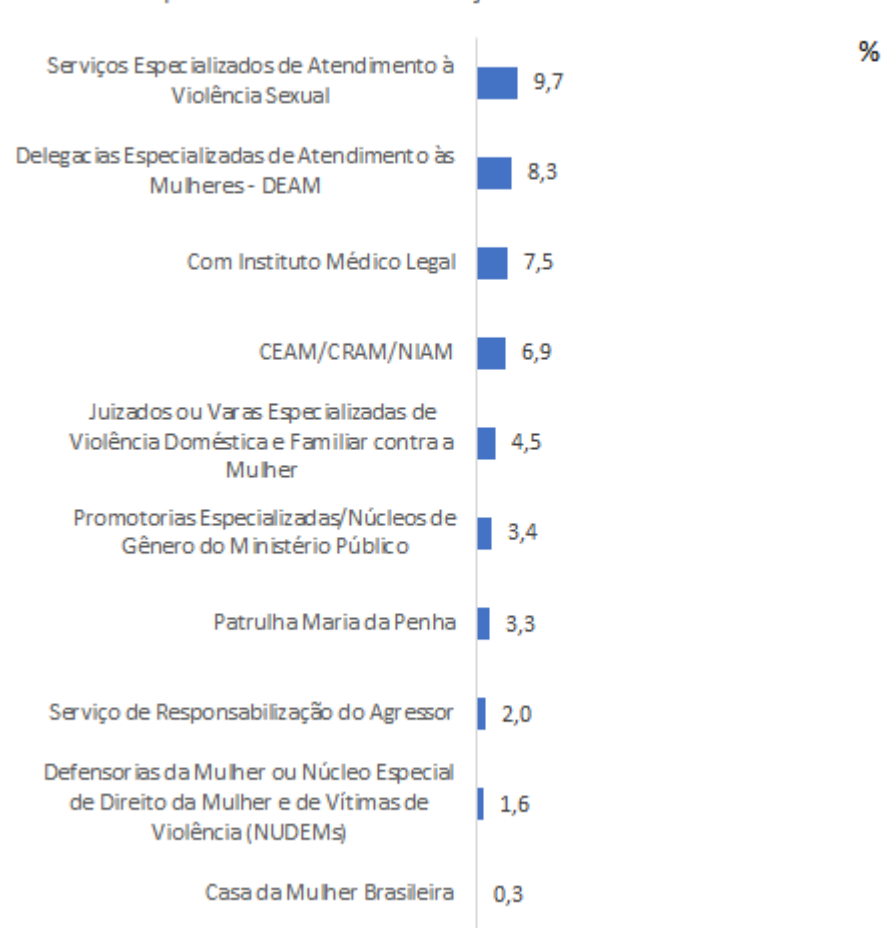
Serviços especializados para mulheres em situação de violência

Quantidade de Unidades da Federação com serviços especializados para mulheres em situação de violência - 2018



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2018.

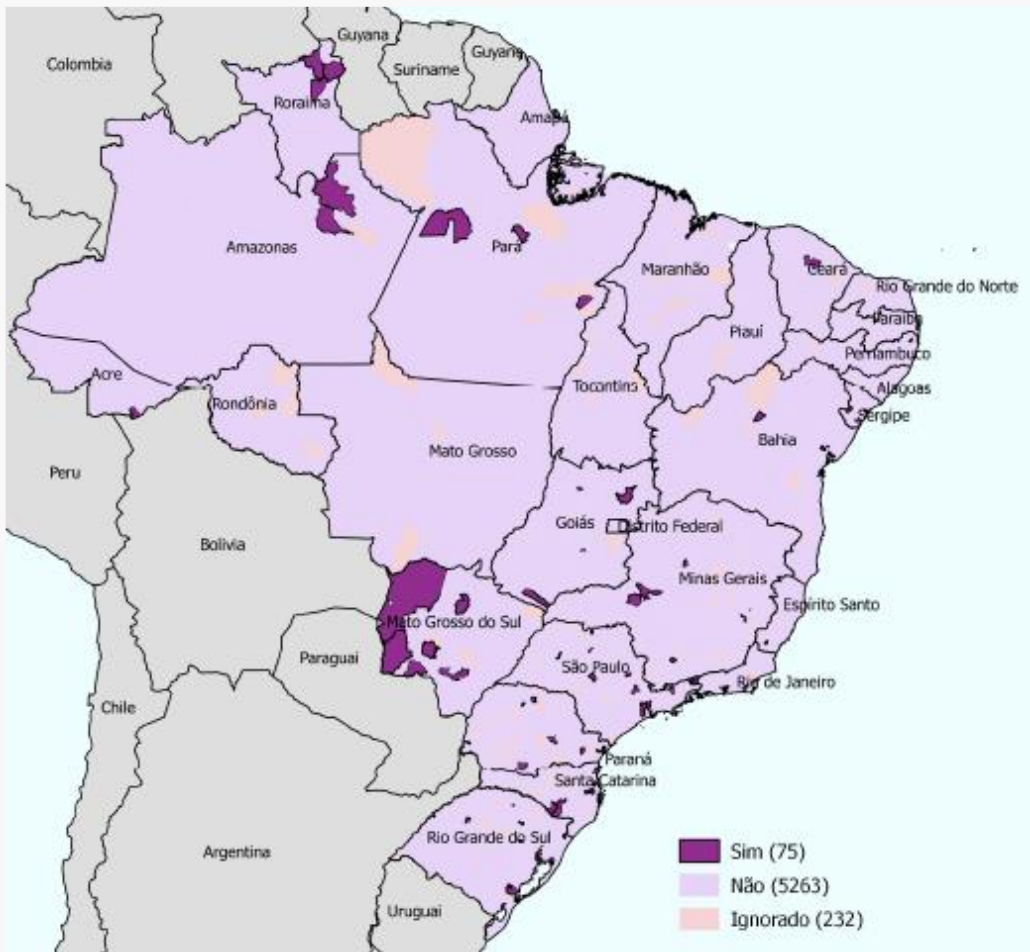
Percentual de municípios com serviços especializados para mulheres em situação de violência - 2018



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2018.

Instrumentos de gestão migratória

Municípios com mecanismo de cooperação com demais entes da federação na promoção e desenvolvimento das políticas públicas locais voltadas aos imigrantes e refugiados



- ✓ 75 municípios possuíam instrumento de cooperação, a maioria deles com o estado (53); 43, com a União e 21 com o estado e a União;
- ✓ Epitaciolândia (AC), Manaus (AM), Presidente Figueiredo (AM), Boa Vista (RR), Normandia (RR) e Pacaraima (RR) que recentemente receberam correntes migratórias oriundas do Haiti e da Venezuela, estabeleceram cooperação ao menos com um ente federado.

- ✓ Apenas municípios de 11 estados ofertavam curso permanente de português voltado especificamente para migrantes/refugiados: AM, MA, CE, SE, RJ, SP, PR, SC, RS, MS e MT;
- ✓ 25 municípios, distribuídos por 12 estados (AM, RR, PI, AL, MG, RJ, SP, PR, RS, MS, MT e GO), informaram possuir atendimento multilíngue nos serviços públicos, inclusive nos seus protocolos e formulários de atendimento;
- ✓ 47 municípios, em 13 estados (AM, RR, PA, PE, MG, RJ, SP, PR, SC, RS, MS, MT E GO), capacitavam seus agentes para atendimento qualificado e inclusivo aos imigrantes/pessoas em situação de refúgio ou asilo humanitário.

Municípios com abrigo para acolhimento de imigrantes/pessoas em situação de refúgio ou asilo humanitário – 2018

- ✓ 58 municípios possuíam equipamentos para o abrigamento de imigrantes/pessoas em situação de refúgio ou asilo humanitário.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2018.

Municípios com Centros de Referência e Apoio a imigrantes/pessoas em situação de refúgio ou asilo humanitário - 2018

- ✓ 63 municípios informaram a existência de CRAIs.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2018

**Mais informações acesse:
www.ibge.gov.br**